

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº
006-2026/COLIC/MAC/CBTU
(UASG: 275078)

OBJETO RESUMIDO:

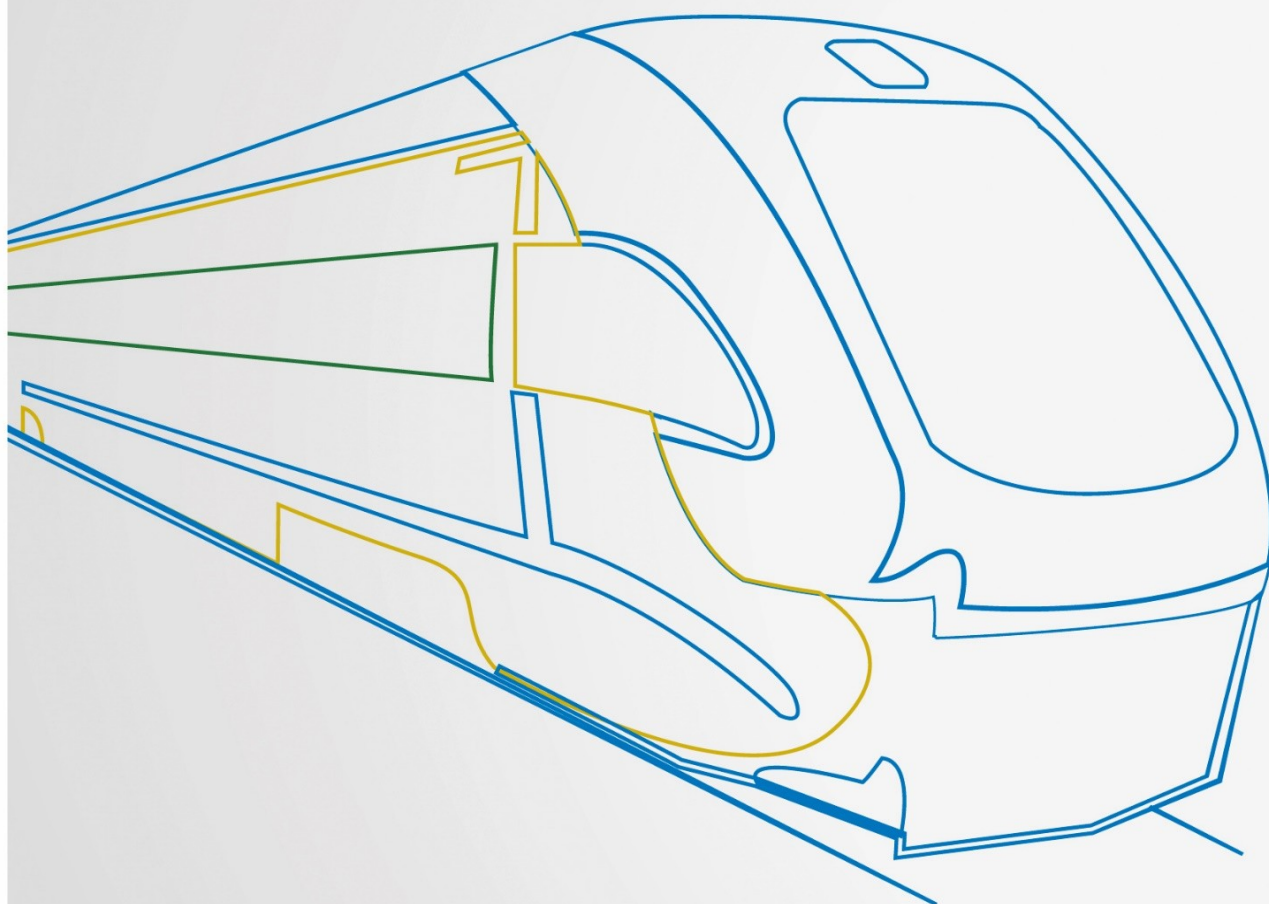
Registro de preços para Aquisição de Gerador diesel, compressor e componentes pneumáticos para sistema de freio da Maria Fumaça.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO/ POR ITEM

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

20/05/2026 às 10h (horário de Brasília).



MINISTÉRIO DAS CIDADES
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006-2026/COLIC/MAC/CBTU

INFORMAÇÕES GERAIS	
Número de Ordem	006/2026
Processo	145/2026
Responsável pela Licitação	Coordenação de Licitação - COLIC
Área Demandante	Coordenação de Manutenção - COMAN
Modalidade de Licitação	Pregão
Forma de processamento	Eletrônica
Meio de processamento	Sistema de Registro de Preços
Tipo de Licitação	Menor Preço
Modo de Disputa	Aberto
Tipo de Adjudicação	Por item
Regime de Execução	Preço Unitário
Sistema Operacional	COMPRAS.GOV - https://www.gov.br/compras/pt-br
Início do Recebimento das Propostas	08/05/2026
Término do Recebimento das Propostas	20/05/2026
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	20/05/2026, às 10:00h
IMPUGNAÇÃO	Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão
ESCLARECIMENTO	Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão
Valor Estimado	SIGILOSO – Art. 34 da Lei 13.303, de 2016.
Acesso ao Edital	https://www.gov.br/compras/pt-br
	https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/licitacoes/consulta/novo-sistema
	colic.mac@cbtu.gov.br
	Rua Barão de Anadia, 121, Centro, Setor de Licitação Das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h
RILC-CBTU	https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/rilc-cbtu_v-4_compilado.pdf/view
Garantia de Execução	Não será exigida
Informações Adicionais	colic.mac@cbtu.gov.br ; klira@cbtu.gov.br e/ou mikhael.farias@cbtu.gov.br ou (82) 2123-1709 / 1744

**MINISTÉRIO DAS CIDADES
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 006-2026/COLIC/MAC/CBTU**

Sumário

1.	DO OBJETO.....	5
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS.....	5
3.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	5
4.	DO CREDENCIAMENTO.....	5
5.	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.....	6
6.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	9
7.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	10
8.	DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	11
9.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
10.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
11.	DOS RECURSOS.....	22
12.	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.....	23
13.	DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	23
14.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	24
15.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	25
16.	DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO.....	26
17.	DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO.....	27
18.	DA GARANTIA.....	28
19.	DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA O PAGAMENTO.....	28
20.	DO REAJUSTE.....	28
21.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	29
22.	DOS ANEXOS.....	30

MINISTÉRIO DAS CIDADES
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006-2026/COLIC/MAC/CBTU

PREÂMBULO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a CBTU, por meio da Coordenadoria de Licitações e Compras - COLIC, sediada na Rua Barão de Anadia, Nº 121 - Centro, Maceió – AL, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para **AQUISIÇÃO DE GERADOR DIESEL, COMPRESSOR E COMPONENTES PNEUMÁTICOS PARA UTILIZAÇÃO NO SISTEMA DE FREIO DA MARIA FUMAÇA DA STU/MAC**, para atendimento às necessidades da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) - Superintendência de Trens Urbanos de Maceió (STU-MAC), conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e seus ANEXOS; nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; do Regulamento Interno de Licitação, Contratação Direta, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – RILC-CBTU, com acesso disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, alterado pelo Decreto nº 10.273, de 13 de março de 2020; da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 (SICAF); da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, no que couber; e demais legislação aplicável à matéria.

Considerando o disposto no art. 66 da Lei nº 13.303, de 2016, combinado com o art. 177 do RILC-CBTU, este certame será regido, **subsidiariamente**, pelo Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e suas alterações, desde que não conflitem com os diplomas legal e regulamentar supracitados.

Considerando o teor do Comunicado nº 01/2023 da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - SEGES/MGI, esta licitação será processada através do módulo Pregão, na forma eletrônica, do Portal de Compras do Governo Federal, Sistema COMPRAS.GOV (www.gov.br/compras).

Para fins do disposto no parágrafo anterior serão compatibilizadas as regras previstas na Lei nº 13.303, de 2016 com as soluções de tecnologia da informação e comunicação dispostas no módulo Pregão do Sistema COMPRAS.GOV; privilegiando-se, sempre, as interpretações que beneficiem os potenciais licitantes, bem como aquelas que propiciem a efetivação dos princípios da seleção da melhor proposta, da ampliação da competitividade, da simplificação, da eficiência e da razoável duração dos processos.

Considerando a IN SEF Nº 45/2025, a qual trouxe a dispensa da CBTU da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CACEAL, ressalta-se que a CBTU teve sua inscrição estadual baixada. Sendo assim, com a referida baixa, a CBTU não mais realizará recolhimento do DIFAL e FECOEP, sendo de competência dos fornecedores o recolhimento de tais impostos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para futura **AQUISIÇÃO DE GERADOR DIESEL, COMPRESSOR E COMPONENTES PNEUMÁTICOS PARA UTILIZAÇÃO NO SISTEMA DE FREIO DA MARIA FUMAÇA DA STU/MAC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Havendo divergência entre a descrição estabelecida no sistema (www.gov.br/compras), em decorrência da utilização do Catálogo de Materiais e Serviços, e àquela prevista no Termo de Referência, prevalecerá o expresso neste último.

1.2. A licitação será dividida em **24 (vinte e quatro) itens**, conforme Termo de Referência – Anexo I deste Edital, nos termos da tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. As especificações técnicas e demais requisitos e características do objeto estão descritas no Termo de Referência e seus ANEXOS, que fazem parte deste Edital.

1.4. O critério de julgamento (tipo de licitação) será o de **MENOR PREÇO**.

1.5. O regime de execução contratual é o da Contratação por **PREÇO UNITÁRIO**.

1.6. O valor estimado da contratação é **SIGILOSO**, nos termos do art. 34 da Lei 13.303, de 2016 e do art. 83 do RILC-CBTU.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A adoção do registro de preços se justifica, nos termos do art. 181 do RILC-CBTU, em razão da demanda incerta de muitos itens, conforme item 21 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.2 Considerando que a CBTU é a única contratante, o procedimento de Intenção de Registro de Preços foi dispensado nesta licitação, nos termos do art. 186, § 2º, do RILC-CBTU.

2.3 A CBTU aceitará adesões à Ata de Registro de Preços referente ao presente processo licitatório.

2.3.1 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, por entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de preços para a CBTU e demais entidades participantes.

2.3.2 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a CBTU e as entidades participantes, independentemente do número de entidades não participantes que aderirem.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Considerando se tratar de registro de preços, não é necessário indicar, neste momento, a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do instrumento contratual pertinente, conforme art. 183 do RILC-CBTU.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma Eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico (www.gov.br/compras), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais – MEI e sociedades cooperativas, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, com redação alterada pelo Decreto nº 10.273, de 2020.

5.5.1. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico favorecido, diferenciado e simplificado as pessoas jurídicas discriminadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.6. Fica **impedida** de participar desta licitação, nos termos do art. 38 da Lei 13.303, de 2016, a pessoa física ou jurídica, isoladamente ou em consórcio:

5.6.1. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CBTU, na forma da lei;

5.6.2. Suspensa de licitar e contratar pela CBTU, na forma da lei;

5.6.3. Declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, na forma da lei;

5.6.4. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, na forma da lei;

5.6.5. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, na forma da lei;

- 5.6.6. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, na forma da lei;
 - 5.6.7. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, na forma da lei;
 - 5.6.8. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, na forma da lei;
 - 5.6.9. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, na forma da lei, com:
 - 5.6.9.1. Dirigente da CBTU;
 - 5.6.9.2. Empregado cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - 5.6.9.3. Autoridade do ente público a que a CBTU esteja vinculada.
 - 5.6.10. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CBTU há menos de 6 (seis) meses;
 - 5.6.11. Com decretação de falência.
- 5.7. **Também não poderão disputar esta licitação:**
- 5.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
 - 5.7.2. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 5.7.3. A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 5.7.4. A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 5.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente ou empregado da CBTU que desempenhe função nas áreas de licitação ou demandante, bem como que atue na gestão ou fiscalização do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 5.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 5.7.7. A pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 5.7.8. **O empregado ou dirigente da CBTU;**
 - 5.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão nº 2.426/2020-Plenário-TCU;

- 5.7.10. Será aceita subcontratação até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de cada item, conforme item 12.1 do Termo de Referência.

5.8. A pessoa jurídica que estiver em recuperação judicial e extrajudicial poderá participar da licitação desde que amparada em certidão emitida pelo órgão judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos do Acórdão nº 1.201/2020 – Plenário – TCU.

5.9. O impedimento de que trata o item 5.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.10. A critério da CBTU e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.7.2 e 5.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de empregados da Companhia.

5.10.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

5.10.2. O disposto nos itens 5.7.2 e 5.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. A vedação de que trata o item 5.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.12. Em licitações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea pela Administração Pública Federal, nos termos do art. 38, inciso III, da Lei 13.303, de 2016.

5.13. Em se tratando de consórcio(sendo permitida sua participação), as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes neste Edital, no RILC-CBTU e na legislação pertinente:

5.13.1. Deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

5.13.2. Deverá ser indicada a pessoa jurídica responsável pela liderança do consórcio;

5.13.3. Deverão ser observadas as regras referentes à comprovação da habilitação do consórcio estabelecidas neste Edital;

5.13.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

5.13.5. Não há limite máximo de número de participantes para constituição do consórcio;

5.13.6. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelos atos praticados pelo consórcio nesta licitação;

5.13.7. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa ou entidade brasileira.

- 5.13.8. Após a abertura da sessão pública desta licitação não será admitida a inclusão, substituição, retirada ou exclusão de qualquer consorciado, tampouco a alteração na proporção de participação das consorciadas, ou, ainda, a substituição da empresa líder.
- 5.13.9. As alterações previstas no subitem anterior somente poderão ser realizadas após a eventual celebração do contrato, desde que autorizada expressamente pela CBTU;
- 5.13.10. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

6.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.gov.br/compras), a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2.1 Todas as referências de tempo previstas neste Edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

6.3 No cadastramento da Proposta Inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4 A sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na legislação federal para participação em licitação.

6.5 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

6.5.1 No caso da existência de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2 Já para os itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 a 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 13.303, de 2016, no RILC-CBTU e neste Edital.

6.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, **sendo vedado**:

6.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.11.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.13 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela CBTU ou pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

6.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico (www.gov.br/compras), dos campos relacionados ao(s) item(ns) de seu interesse.

7.2 A Proposta de Preços deverá ser apresentada de acordo com o modelo disponibilizado pela CBTU - Anexo II deste Edital.

7.2.1 A proposta deverá conter descrição detalhada do objeto, inclusive marca, fabricante e quantidade, além de todas as informações que compõem eventual planilha de custos e formação de preços;

7.2.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

7.2.3 Os licitantes devem respeitar os preços, unitários e/ou global, máximos estimados pela CBTU;

7.2.4 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estimados pela CBTU;

7.2.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.3 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

7.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4.1 Não serão aceitas pela CBTU condições de pagamento que exijam adiantamento, sob qualquer título.

7.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (www.gov.br/compras), na data, horário e local indicados neste Edital.

8.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública;

8.1.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4 O lance deverá ser ofertado pelo Valor UNITÁRIO do item.

8.5 Nas licitações com itens agrupados, as propostas e os lances para o Grupo, deverão ser enviadas normalmente, no entanto, deverão ser observadas as seguintes orientações: **(NÃO APLICÁVEL)**

8.5.1 Todos os itens do grupo terão que, obrigatoriamente, serem cotados;

8.5.2 O Sistema fará automaticamente a totalização dos valores cotados para os itens do grupo;

8.5.3 O pregoeiro abrirá o grupo e procederá a análise das propostas dos itens que constituem o grupo;

8.5.4 A desclassificação de um único item de um determinado grupo implicará a desclassificação da proposta para todo o grupo, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens do grupo;

8.5.5 A proposta/lance vencedor será a que contiver o melhor preço, de acordo com o critério de julgamento, para todo o Grupo; e

8.5.6 A aceitação será para o grupo, não sendo possível aceitar parte dos itens, o mesmo ocorrendo nas demais fases de habilitação, adjudicação e homologação.

8.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

8.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre lances.

8.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **no mínimo R\$ 0,10 (dez centavos)**.

8.8 O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.9 O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida **excepcional**, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.9.1 Eventual exclusão da proposta do licitante, de que trata o item 8.9, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa, no momento oportuno.

8.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

8.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

8.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os das ofertas com

valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

8.13.1 Em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

8.13.2 Em ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, através do campo próprio para troca de mensagens disponibilizado pelo sistema eletrônico (www.gov.br/compras), aviso no sistema e/ou no sítio eletrônico da CBTU.

8.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19 Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016, combinado com o art. 124 do RILC-CBTU, nesta ordem:

8.21.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.21.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído pela CBTU;

8.21.3 Os critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

8.21.4 Sorteio.

8.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido pela CBTU para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a Proposta Adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos Documentos Complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

8.23.1 No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

8.24 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no item anterior nas seguintes situações:

8.24.1 Por solicitação do licitante, devidamente justificada, antes de findo o prazo;

8.24.2 De ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

8.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às **condições de participação** no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

9.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

9.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

9.1.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, disponível em: (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.5 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, disponível em: (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);

9.1.6 Certidão Negativa Correccional, emitida pela Controladoria-Geral da União – CGU, disponível em: (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3 A verificação junto ao SICAF prevista no **subitem 9.1.1** incluirá, relativamente ao licitante detentor da melhor proposta, consulta à ferramenta “Raio-X do Fornecedor” ou outra ferramenta de cruzamento de dados de fornecedores obtidos em bases governamentais que venha a substituí-la ou atualizá-la.

9.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, nos termos do art. 29, caput, da IN SEGES/MPDG nº 3/2018.

9.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, nos termos do art. 29, § 1º, da IN SEGES/MPDG nº 3/2018.

9.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, nos termos do art. 29, § 2º, da IN SEGES/MPDG nº 3/2018.

9.5 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.6 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas ou a empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.7 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estimando pela CBTU.

9.8 O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO**.

9.9 Efetuada a verificação de conformidade, será desclassificada a proposta vencedora que:

9.9.1 Contiver vícios insanáveis;

9.9.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos deste Edital;

9.9.3 Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.9.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CBTU;

9.9.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.10 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela CBTU, conforme item 10.3 do Termo de Referência.

9.11 A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item supra, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.11.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.11.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.12 Nas licitações de serviços de engenharia **(quando for o caso)**, independentemente do regime de execução, consideram-se inexecutáveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

9.12.1 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela CBTU; ou

9.12.2 Valor do orçamento estimado pela CBTU.

9.13 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, deverá ser realizada análise de sobrepreço, nos seguintes termos:

9.13.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.13.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

9.14 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, na forma estabelecida nos artigos 116 e 126 do RILC-CBTU.

9.15 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela CBTU, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação desta.

9.15.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à CBTU, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.16 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.16.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.16.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.16.3 O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem o conteúdo das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às demais licitantes.

9.17 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área demandante da contratação ou de área da Companhia especializada no objeto.

9.17.1 Na hipótese do item 9.15 é obrigatória a manifestação de que trata este item em relação à Planilha apresentada pelo licitante.

9.18 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra ou a realização de exame de conformidade, prova de conceito ou outros testes de interesse da CBTU, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la ou executá-la, conforme o caso; na forma e modo disciplinados naquele documento e seus anexos, sob pena de não aceitação da proposta.

9.18.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento de que trata o item supra, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.18.2 Os resultados das avaliações das amostras, exames, provas ou testes exigidos pela CBTU serão divulgados por meio de mensagem no sistema e registrados no sítio eletrônico da Companhia na internet.

9.18.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.19 Se a(s) amostra(s), exame(s), prova(s) ou teste(s) apresentada(s) ou realizado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

9.19.1 Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s), exame(s), prova(s) ou teste(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência

9.20 Será considerada aceitável a proposta final, após a disputa de lances, que:

9.21 Atenda a todos os termos deste EDITAL.

9.22 Contenha valor que resulte em preço compatível com os praticados no mercado e resulte em valores compatíveis com as regras deste Edital.

9.23 Não ultrapasse o valor máximo estimado pela CBTU para cada item.

9.24 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando em campo próprio do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1 Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação.

10.1.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante classificado em primeiro lugar, salvo no caso de inversão de fases previstas no § 1º, do art. 51, da Lei nº 13.303, de 2016.

10.1.2 Em caso de inabilitação, serão requeridos e avaliados os documentos de habilitação dos licitantes subsequentes, por ordem de classificação;

10.2 Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência - Anexo I, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

10.2.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal.

10.4.1 As exigências de habilitação técnica poderão ser atendidas por intermédio de qualquer dos consorciados, isoladamente ou mediante somatório de atestados e,

10.5 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

10.5.1 Será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil).

10.5.2 Exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal, fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no Brasil e destinados a fazer prova perante a CBTU.

10.5.3 Eventual necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Pregoeiro ou da Equipe de Apoio, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

10.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas.

10.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, bem como as declarações exigidas neste Edital.

10.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.9 O licitante que optar por realizar a vistoria prévia deverá apresentar o atestado de vistoria no momento da habilitação.

10.9.1 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.10.1 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.10.2 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação do licitante.

10.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.13 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir, nos termos do art. 4º, § 1º e do art. 6º, § 4º da IN SEGES/MPDG nº 3/2018.

10.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.15 Os documentos exigidos para Habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.16 Para fins de habilitação nesta licitação será exigida a apresentação de documentação relativa à:

10.16.1 Habilitação jurídica;

10.16.2 Regularidade fiscal;

10.16.3 Habilitação econômico-financeira;

10.16.4 Habilitação técnica; e

10.16.5 Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.17 A documentação relativa à **Habilitação Jurídica**, conforme o caso, consistirá em:

10.17.1 Documento de identidade.

10.17.2 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

10.17.3 Registro comercial, no caso de empresa individual.

10.17.4 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

10.17.5 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.17.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.18 As empresas que participarem da licitação de forma consorciada deverão apresentar compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todas as consorciadas, contemplando, no mínimo, as seguintes informações:

10.18.1 Denominação do consórcio;

10.18.2 Qualificação dos consorciados;

10.18.3 Organização e objetivos do consórcio, considerando a participação das empresas consorciadas na presente licitação e, caso se sagre vencedor do certame, a execução do objeto da licitação;

10.18.4 Composição do consórcio, com a indicação do percentual da participação de cada uma das consorciadas;

10.18.5 Indicação da sociedade líder do consórcio;

10.18.6 Compromisso de que as consorciadas responderão isolada e solidariamente por todas as exigências do instrumento convocatório, inclusive no caso de, sagrando-se vencedora da licitação, não promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

10.19 A documentação relativa à **Regularidade Fiscal** consiste em:

10.19.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União);

10.19.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS);

10.20 Mesmo que o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, ainda que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação

10.20.1 No caso de eventual restrição relativa à regularidade fiscal de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização, prorrogáveis por igual período a critério da CBTU, desde que solicitada dentro do prazo inicial, mediante requerimento do licitante acompanhado das devidas justificativas.

10.20.2 O prazo de que trata o subitem anterior será contado da divulgação do resultado da fase de habilitação.

10.20.3 A não regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, na Lei nº 13.303, de 2016 e no RILC-CBTU, sendo facultado à CBTU convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.21 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.22 A documentação relativa à **Capacidade Econômico-Financeira** consiste em:

10.23 Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, desde que sejam acompanhados das respectivas memórias de cálculo da atualização

10.24 Certidão negativa atualizada de pedido de falência ou regime de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.24.1 A pessoa jurídica que estiver em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos do Acórdão nº 1.201/2020 – TCU - Plenário.

10.24.2 A certidão de que trata o subitem anterior poderá ser substituída por documento comprobatório da homologação do Plano de Recuperação Judicial do licitante, nos termos do entendimento recentemente reafirmado pelo Superior Tribunal de Justiça (RESP nº 1.826.299-CE).

10.25 Comprovação da boa situação financeira do licitante, através da obtenção e avaliação dos índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta online, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.26 Comprovação de que possui patrimônio líquido equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social legalmente exigível.

10.26.1 O Licitante que apresentar um dos índices exigidos no item 10.25 menores ou igual a 1 (um), porém, apresente patrimônio líquido conforme exigido no item 10.26 não será inabilitada pela questão do índice

10.27 Considerar-se-á, para fins da comprovação dos valores referentes à análise da capacidade econômico financeira do licitante, o valor estimado da contratação de forma **anualizada – 12 (doze) meses**; exceto quando o prazo de vigência do contrato a ser celebrado seja inferior a tal período, nos termos do Acórdão nº 1.335/2010 - TCU - Plenário.

10.28 A documentação relativa à **Qualificação Técnica, conforme item 19 do Termo de Referência**, consiste em:

10.28.1 Para comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar:

10.28.1.1 Para o item 1: Comprovação de capacidade, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas, que comprovem o fornecimento de no mínimo um grupo gerador de potência mínima 6KVA;

10.28.1.2. Para o item 2: Comprovação de capacidade, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas, que comprovem o fornecimento de no mínimo um compressor de potência mínima 5 HP;

10.28.1.3. Para os demais itens: Comprovação de capacidade, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas, que comprovem o fornecimento de itens de mesma natureza ou aplicação com o quantitativo mínimo de 20% de cada item da proposta;

10.28.1.4 Será considerado item de mesma natureza: mangueiras, conexões, adaptadores e válvulas pneumáticas em geral para os itens de pneumática, sem necessidade de dimensões equivalentes;

10.28.1.5. Será considerado item de mesma natureza: cantoneiras, tubulações e tarugos de aço em geral para as cantoneiras e tubos, sem necessidade de dimensões equivalentes;

10.28.1.6. Será considerado item de mesma natureza: manômetros, pressostatos e pistolas pneumáticas em geral para os itens de manômetros, pressostatos e pistolas, sem necessidade de especificações equivalentes;

10.28.1.7. Será permitido o somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo.

10.29 A documentação relativa à **Habilitação quanto às Normas Ambientais**, conforme descrito nos itens 3 e 20 do Termo de Referência, consiste em:

10.29.1 Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo

FABRICANTE esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo Artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

10.30 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.15.

10.31 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11. DOS RECURSOS

11.1 Será franqueada a possibilidade de interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação.

11.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto na Lei nº 13.303, de 2016 e no RILC-CBTU.

11.3 O licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e/ou do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.4 O prazo para manifestação da **INTENÇÃO DE RECORRER** não será inferior a:

11.4.1 30 (trinta) minutos, em se tratando da intenção manifestada após o término do julgamento das propostas; e

11.4.2 30 (trinta) minutos, em se tratando da intenção manifestada após o ato de habilitação ou inabilitação.

11.5 Visando harmonizar as disposições da IN SEGES/ME nº 73, de 2022 com o art. 59 da Lei nº 13.303/2016, é facultado ao licitante registrar sua intenção de recorrer apenas após a fase de habilitação, independentemente da sua irresignação decorrer do julgamento das propostas ou do ato de habilitação/inabilitação.

11.6 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.7 Os demais licitantes ficarão intimados para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso

11.8 Fica assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.9 Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.11 Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após regular aceite da proposta e habilitação realizada pelo pregoeiro.

12.2 Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3 Nos termos do art. 62 da Lei nº 13.303, de 2016, quem dispuser de competência para homologação do resultado poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

12.4 Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder aos licitantes que manifestem interesse em contestar o respectivo ato prazo apto a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

12.5 Para efeito do item anterior, serão observados os prazos e requisitos previstos no item 11 deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Nos processos licitatórios realizados no âmbito da CBTU é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para apuração e eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis ao licitante pela prática injustificada das seguintes condutas:

- 13.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.2 Deixar de entregar ou entregar parcialmente a documentação exigida no instrumento convocatório;
- 13.1.3 Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- 13.1.4 Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo pregoeiro;
- 13.1.5 Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação;
- 13.1.6 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.7 Solicitar sua desclassificação, sem justificativa, após a abertura da sessão pública da licitação ou abandonar o certame;
- 13.1.8 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.9 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.1.10 Fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante o procedimento licitatório;
- 13.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Com fulcro na Lei nº 13.303, de 2016, a CBTU poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 13.2.1 Advertência;
- 13.2.2 Multa;
- 13.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.3 A multa será fixada em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da proposta apresentada pela licitante ou, na falta desta, do valor estimado da licitação.

13.3.1 Após a conclusão do procedimento administrativo, a multa aplicada deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4 As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.5 No curso do procedimento administrativo deverá ser observado:

13.5.1 A Lei nº 13.303, de 2016 e o RILC-CBTU;

13.5.2 A garantia do devido processo administrativo, com respeito à ampla defesa e ao contraditório.

13.6 Na apuração das infrações será facultada a defesa do licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua intimação.

13.7 Da aplicação de sanções administrativas caberá recurso no prazo de **10 (dez) dias** úteis, contados da data da comunicação.

13.7.1 O recurso terá efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CBTU, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

13.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.10 As sanções administrativas decorrentes de infrações e condutas relacionadas à execução do objeto estão previstas no Termo de Referência e/ou no Instrumento Contratual, anexos a este Edital.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 **Até 5 (cinco) dias** úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, motivadamente, impugnar o ato convocatório do pregão, através de documentação entregue diretamente no protocolo geral da CBTU ou encaminhado para colic.mac@cbtu.gov.br; mikhael.farias@cbtu.gov.br e/ou klira@cbtu.gov.br.

14.1.1 Responder-se-á a impugnação em até **3 (três) dias úteis**, contados da solicitação;

14.1.2 A decisão acerca da impugnação será comunicada pelo pregoeiro diretamente ao impugnante, bem como a todos os licitantes, através do Portal de Compras do Governo Federal e/ou do sítio eletrônico da CBTU na internet.

14.2 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail mikhael.farias@cbtu.gov.br; klira@cbtu.gov.br e/ou colic.mac@cbtu.gov.br, além dos e-mails mencionados no item 5.17, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a realização do certame.

14.2.1 Responder-se-á ao pedido de esclarecimento em **até 2 (dois) dias úteis**, contados da solicitação;

14.2.2 As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas pelo pregoeiro a todos os interessados, através do Portal de Compras do Governo Federal e/ou do sítio eletrônico da CBTU na internet, passando a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos.

14.3 O pregoeiro não poderá decidir ou praticar ato contrário ao registrado nas respostas aos pedidos de esclarecimento.

14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos, a priori, não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.4.2 Na hipótese de a CBTU não decidir a impugnação ou não responder aos esclarecimentos até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação deverá ser adiada, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

14.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para celebrar a ata de registro de preços, cujo modelo se encontra no Anexo IV deste Edital, no **prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da comunicação encaminhada pela CBTU, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 13.303, de 2016 e no RILC-CBTU.

15.1.1 Para efeito deste item, a CBTU efetivará a convocação, preferencialmente, através de correio eletrônico, encaminhando, desde logo e caso possível, a minuta da ata de registro de preços ao licitante vencedor.

15.1.2 Alternativamente, o licitante poderá ser convocado por qualquer outro meio hábil e eficaz, tais como correspondência postal com aviso de recebimento, telefone ou fax, devendo tal circunstância ser registrada no processo.

15.1.3 O comparecimento do licitante à sede da CBTU para a retirada do instrumento contratual supre a necessidade de convocação.

15.2 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado nas seguintes situações:

15.2.1 Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela CBTU;

15.2.2 De ofício, a critério da CBTU, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para a completa e efetiva formalização da ata de registro de preço.

15.3 Além da ata de registro de preços com a licitante vencedora, a CBTU também convocará eventuais licitantes que aceitarem cotar valores iguais aos ofertados pelo licitante vencedor, para assinarem o formulário de cadastro de reserva que constituirá anexo da ata de registro de preços.

15.3.1 O cadastro de reserva servirá para os casos de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata ou na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor beneficiário da ata.

15.3.2 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação remanescente, nos termos do art. 187, § 2º, do RILC-CBTU.

15.3.3 Será respeitada, nas eventuais contratações, a ordem de classificação dos fornecedores integrantes do cadastro de reserva nesta licitação.

15.4 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à CBTU convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar celebrar a ata de registro de preços nos termos do item anterior a CBTU poderá:

15.5.1 Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que superior ao preço da proposta originariamente adjudicada, desde que igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação;

15.5.2 Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação;

15.5.3 Revogar a licitação.

15.6 Poderão ser formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro dos itens que integram o objeto desta licitação, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.7 A ata de registro de preços terá o prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

15.8 A ata de registro de preços poderá ser formalizada em meio físico ou eletrônico, admitida a assinatura digital dos representantes da pessoa a ser, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil).

15.9 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio eletrônico da CBTU na internet e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.9.1 A revisão dos preços registrados em ata observará o disposto na legislação pertinente, no RILC-CBTU e no instrumento contratual, cuja minuta constitui anexo deste Edital.

15.10 O registro do fornecedor beneficiário da ata de que trata este item será cancelado quando ele:

15.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

15.10.2 Não assinar o termo de contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CBTU, sem justificativa aceitável;

15.10.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.10.4 Sofrer sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CBTU.

15.11 Além das hipóteses previstas no item anterior, o registro do fornecedor também se dar, por ato unilateral da CBTU ou a pedido, tendo como fundamento fato superveniente, decorrente de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

15.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a CBTU a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

16.1 Durante a validade da ata de registro de preços e conforme necessidade da CBTU, o fornecedor registrado poderá ser convocado para celebrar o instrumento contratual, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação encaminhada pela CBTU, sob pena de decair do direito à contratação.

16.1.1 Para efeito deste item, a CBTU efetivará a convocação, preferencialmente, através de correio eletrônico, encaminhando, desde logo e caso possível, a minuta do instrumento contratual ao licitante vencedor;

16.1.2 Alternativamente, o licitante poderá ser convocado por qualquer outro meio hábil e eficaz, tais como correspondência postal com aviso de recebimento, telefone ou fax, devendo tal circunstância ser registrada no processo;

16.1.3 O comparecimento do licitante à sede da CBTU para a retirada do instrumento contratual supre a necessidade de convocação.

16.2 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado nas seguintes situações:

16.2.1 Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela CBTU;

16.2.2 De ofício, a critério da CBTU, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para a completa e efetiva formalização do instrumento contratual.

16.3 Previamente à contratação, a CBTU realizará a verificação da manutenção das condições de habilitação, bem como realizará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

16.4 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de registro de preços, desde que não ultrapassem o quantitativo registrado.

16.5 Na impossibilidade de celebração do instrumento contratual pelo fornecedor registrado ou quando este, formalmente convocado, não aceitar, assinar ou retirar o instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, a CBTU poderá convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva a que se refere o item 15.3 deste Edital, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo fornecedor registrado.

16.6 A adoção de quaisquer das providências previstas nos itens anteriores ocorrerão sem prejuízo da apuração e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.303, de 2016 e no RILC-CBTU ao fornecedor registrado.

16.7 Os instrumentos contratuais da CBTU poderão ser formalizados em meio físico ou eletrônico, admitida a assinatura digital dos representantes da pessoa a ser, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil).

16.8 A contratação se dará na forma e condições previstas neste Edital e seus anexos, não sendo concedido, em hipótese alguma, privilégios no atendimento às exigências contratuais.

17. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1 A área demandante da contratação objeto deste Edital é a COMAN (Coordenação de Manutenção), que se encontra subordinada à GIOPE (Gerência Regional Operacional II).

17.1.1 A área de que trata este item será a responsável pela gestão do instrumento contratual, pela supervisão das atividades de fiscalização e pelo recebimento do objeto.

17.2 A CBTU designará empregados responsáveis pela gestão, fiscalização e supervisão do contrato que, dentre outras atribuições que lhe são próprias, terão o encargo de acompanhar a conformidade da execução do objeto, os materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste; apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

17.2.1 A contratada deverá designar um representante para acompanhamento e controle da execução do objeto desta licitação.

17.3 O objeto da presente licitação será recebido em conformidade com o art. 225 do RILC-CBTU e demais regras previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

17.3.1 A forma, prazos, locais e condições para a entrega do objeto estão previstas nos itens 6, 9 e 21 do Termo de Referência.

17.4 O **prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias**, conforme item 14 do Termo de Referência, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos legais, regulamentares e contratuais.

17.5 O **prazo para execução do objeto desta licitação será de 90 (noventa) dias corridos**, conforme item 6.1 do Termo de Referência, tendo início após o aceite da contratada na 1ª Ordem de Execução encaminhada pela gestão do contrato.

17.6 Os prazos previstos nos itens acima poderão ser suspensos em virtude de casos fortuitos ou de força maior, conforme cláusulas estipuladas no instrumento contratual.

17.7 Durante a execução do objeto a contratada deverá observar e cumprir todas os requisitos, condições e obrigações estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual, documentos anexos a este Edital.

17.8 A inobservância do item anterior ensejará a contratada à aplicação das sanções administrativas cabíveis, após regular procedimento administrativo em que sejam observadas as garantias da ampla defesa e do contraditório.

18. DA GARANTIA

18.1 Não será exigida garantia de execução, conforme item 11 do Termo de Referência.

18.2 Será exigida garantia contra defeito/vício dos materiais de 06(seis) meses a contar do recebimento definitivo do objeto, conforme item 4 do Termo de Referência.

19. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA O PAGAMENTO

19.1 A documentação de cobrança estará apta a ser emitida após atesto do recebimento do objeto pela gestão e fiscalização do contrato.

19.1.1 No caso de contratos executados por etapas ou medições, a contratada poderá apresentar os documentos de cobrança à CBTU tão logo ocorra à atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas

19.2 Salvo disposição em contrário no Termo de Referência ou no instrumento contratual, os documentos de cobrança (notas fiscais/faturas) relativos ao objeto desta licitação poderão ser entregues pela contratada:

19.2.1 Em meio físico, no Protocolo da CBTU, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato; ou

19.2.2 Em meio digital no endereço eletrônico fornecido pela gestão e fiscalização do contrato, desde que possível atestar a confiabilidade do documento enviado.

19.3 Os documentos de cobrança deverá ser vir acompanhada da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, além de outras eventualmente exigidas pela legislação em vigor.

19.4 O pagamento será efetuado mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da contratada em até 30 (trinta) dias contados da entrada do documento de cobrança em conformidade com as regras previstas no Termo de Referência e no instrumento contratual, desde que haja certificação (atesto) pela gestão e fiscalização do contrato.

19.4.1 Havendo previsão no Termo de Referência ou no instrumento contratual acerca da realização do pagamento em prazo inferior ao previsto neste item, referido prazo a menor deverá prevalecer.

19.5 As demais regras e condições para o pagamento estão previstas no Termo de Referência e/ou na minuta do instrumento contratual, anexos deste Edital.

20. DO REAJUSTE

20.1 O preço registrado em Ata, em regra, será fixo e irrevogável durante toda sua validade.

20.1.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

20.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CBTU, por intermédio da área demandante, convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

20.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

20.2.2 Quando a iniciativa de liberação do compromisso assumido em razão do aumento do preço de mercado partir do fornecedor, a CBTU poderá liberá-lo desde que a comunicação ocorra antes de eventual pedido de fornecimento, não havendo aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

20.2.3 Não havendo êxito nas negociações, a CBTU deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20.3 As regras referentes ao reajuste e reequilíbrio dos contratos celebrados em decorrência da ata de registro de preços observarão as regras legais, regulamentares e contratuais próprias, devendo ser observado o disposto no instrumento contratual cuja minua constitui anexo deste Edital.

20.4 A CBTU garantirá o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal

20.5 Demais informações sobre reajuste constam no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta de Contrato (Anexo IV) deste Edital.

20.5 A matriz de riscos – Anexo VIII deste Edital, estabelece os riscos e responsabilidades entre a CBTU e a contratada e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico (www.gov.br/compras) e no sítio eletrônico da CBTU na internet.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo pregoeiro.

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília – DF.

21.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.

21.5 Por se tratar de licitação processada através do Sistema de Registro de Preço – SRP, a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam os interesses público e da CBTU, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CBTU não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8 A utilização do sistema por parte do licitante é de sua inteira responsabilidade, devendo para tanto ter conhecimento do Manual de Pregão Eletrônico – Fornecedor (https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/manuais/manual-pregao/manual_pregao-eletronico-fornecedor.pdf/view), assim como sanar suas dúvidas ou problemas operacionais diretamente com a Central de Atendimento no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/canais_atendimento/central-de-atendimento.

21.9 O Portal de Compras do Governo Federal disponibiliza um tutorial interativo sobre todas as fases do Pregão Eletrônico – Perfil Fornecedor através do endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/manuais>.

21.10 As orientações acerca do Cadastramento no SICAF, assim como a sua efetivação, e a consulta a Unidades Cadastradoras poderão ser obtidas através do endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.

21.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12 A CBTU poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão fundamentada; assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.13 A contratada deverá observar, integralmente, durante toda a execução do contrato, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, elaborados pela CBTU e disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

ARTEFATOS DE INTEGRIDADE DA CBTU	
Código de Ética:	https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos
Código de Conduta e Integridade:	
Política de Transações com Partes Relacionadas:	

21.14 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.15 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no sistema eletrônico (www.gov.br/compras) e no sítio eletrônico da CBTU na internet.

22. DOS ANEXOS

22.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 22.1.1 ANEXO I - Termo de Referência;
- 22.1.2 ANEXO II - Modelo de Proposta;
- 22.1.3 ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 22.1.4 ANEXO IV - Minuta do Instrumento Contratual;
- 22.1.5 ANEXO V – Modelo de Declaração de ME/EPP;

22.1.6 ANEXO VI – Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimento para Contratar ou Licitar com a Administração Pública;

22.1.7 ANEXO VII – Modelo de Ordem de Execução (OEX);

22.1.8 ANEXO VIII – Matriz de Risco.

KYVIA TALLINE ROCHA MELO DE LIRA
Responsável pela Elaboração do Edital

MIKHAEL KENNEDY FALCÃO FARIAS
Coordenador de Licitações e Compras

MAX BENICIO FERREIRA FERRO BARBOSA
Autoridade Competente

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 006/2026/COLIC/STU-MAC/CBTU

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de materiais para a instalação do sistema pneumático, necessário para instalação do freio, da composição da Maria Fumaça da Superintendência de Trens Urbanos de Maceió, doravante denominada STU/MAC, localizada na Rua Barão de Anadia nº 121, Centro, Maceió AL, na conformidade deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O presente instrumento foi elaborado diante da necessidade de aquisição de materiais para instalação de sistema pneumático para implantação do sistema de freio na composição da Maria Fumaça, formado pela Locomotiva tipo Maria Fumaça e 2 carros de passageiros do fabricante PIDNER, conforme o Estudo Técnico Preliminar em anexo;

2.2. A locomotiva Maria Fumaça não possui compressor, necessário para alimentação do sistema de ar comprimido, para acionamento dos freios dos carros de passageiros e da própria Maria Fumaça;

2.3. Para a instalação do compressor, que tem acionamento elétrico, será necessária uma fonte de energia elétrica, com potência necessária para prover energia elétrica ao compressor, iluminação, sonorização e sinalização, portanto, será necessário a instalação de um grupo gerador;

2.4. Como a Maria Fumaça não possui espaço para instalação de um compressor e grupo gerador, será necessário instalar estes equipamentos, em um carro de passageiros e realizar a interligação entre o compressor e a válvula do acionamento do freio, que será instalado na cabine da Maria Fumaça, será conectado através de tubulações, mangueiras, válvulas e conexões, passando por toda a composição até a Maria Fumaça;

2.5. Os materiais listados nesse termo serão usados para:

2.5.1 Instalação do grupo gerador e compressor,

2.5.2 Instalação do sistema pneumático interligando o compressor até o manipulador do freio na Maria Fumaça,

2.5.3 pneumática, do manipulador de freio desta até a alimentação do encanamento principal, instalado originalmente nos carros Pidner,

2.5.4 Instalação derivada do manipulador de freio até o cilindro de freio da Maria Fumaça.

2.5.5 Instalação de todos os acessórios necessários para esta adaptação, desde o compressor até Maria Fumaça e retornando aos Carros de Passageiros;

2.6. Os itens que compõem o Objeto deste Termo de Referência são de natureza comum, pois podem ser descritos de maneira objetiva;

2.7. Será adicionado um quantitativo superior para eventuais trocas por quebra, manutenção e adaptações de projeto, portanto a demanda não é possível de quantificar com exatidão visto que o projeto poderá sofrer adaptações durante a execução.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Serão admitidos apenas itens novos e originais, não se admitindo itens similares, recondicionados ou remanufaturados;

3.2. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo FABRICANTE esteja

regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo Artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

3.3. Os equipamentos devem possuir manual de instruções fornecido pelo fabricante ou importador com informações relativas à segurança em todas as fases de utilização, quando aplicável;

3.4. Os itens que compõem o Objeto deste Termo de Referência, bem como todas as especificações necessárias e quantidades desejadas, estão organizados na Tabela 1;

1.5. Os pedidos serão no mínimo será 50% da quantidade especificada na planilha.

Tabela 1 - Especificações e quantidades.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. REF.	QUANT.	CATMAT
1	Gerador cabinado Diesel 12,5 KVA, 380V-TRIFÁSICO, 4 tempos. MARCA/MODELO: TOYAMA TDWG 1200 SGE3-N 4T	UNIDADE	1	622379
2	Compressor Cabinado Metal Plan Rotor Plus 10, 10HP, 380V TRIFÁSICO, reservatório de 100 litros. MARCA/MODELO: METALPLAN ROTOR PLUS 10	UNIDADE	1	624593
3	Adaptador união macho reto (niple)- 1 1/4" NPT 11,5 fpp x SAE JIC 37 ° 1 5/8" UNF 12 fpp	UNIDADE	4	620444
4	Válvula esfera 1 1/4" BSP - 11 fpp - PN 25	UNIDADE	6	263646
5	TEE 90º 1.1/4" BSP - AÇO INOX 304	UNIDADE	6	618555
6	Bucha de redução macho 1.1/4" BSP x fêmea 1/2" BSP - Aço Inox 304	UNIDADE	6	610464
7	Niple De Redução 1/2" x 1/4" BSPT - Aço Inox 304 - Cód: 201059	UNIDADE	6	254065
8	Válvula de Esfera Inox 304 Rosca 1/4" BSP 19 fpp- 300 PSI - Cód: 370131	UNIDADE	6	612348
9	Conector Reto c/ Retenção Tubo 8 x Rosca Macho 1/4" BSPT - (Conexão Pneumática c/ Retenção) -Material: Latão Niquelado e PlásticoTipos de Vedação: (Rosca BSPT c/ Teflon), Tubo Recomendado: Poliuretano ou Nylon	UNIDADE	16	478048
10	Conexão em T União Tubo 8 - PUT (Conexão Pneumática Instantânea) - Cód: 198452	UNIDADE	6	432950
11	Cotovelo Tubo 8 x Rosca Fêmea 1/4" BSP - PLF-G (Conexão Pneumática Instantânea) - Cód: 198207	UNIDADE	6	380069
12	Manômetro Vertical 230 PSI / 16 Bar c/ Rosca 1/4" BSP, Caixa em Inox/Glicerina Ø 100 mm	UNIDADE	3	612313
13	Pressostato HLP 516 Rosca 1/4" BSP - Range 5-16 Bar / Diferencial 1-4 Bar - MOD. KPI	UNIDADE	4	360350

14	Bucha de Redução 1.1/4" BSPT x 1" BSP - Aço Inox 304	UNIDADE	4	610464
15	Cotovelo Fêmea 90° - 1-1/4 - rosca bsp , Em Inox 316	UNIDADE	12	294726
16	Cotovelo fêmea 45 graus - 1-1/4 BSP, Em Inox 316	UNIDADE	12	294725
17	Filtro Tipo Y Rosca 1.1/4" BSP - Inox 304 -	UNIDADE	4	616174
18	Mangueira / Tubo PU 8 mm x 1,25 Em Poliuretano Na Cor Azul (metro)	METRO	20	446836
19	Mangueira / Tubo Espiral 8 mm x 10,0 Metros Linear Em Poliuretano Na Cor Azul - Cód: 285053	UNIDADE	4	446836
20	Filtro Regulador Rosca De 1" BSP C/ Manômetro - Linha 16 bar -	UNIDADE	4	334054
21	Cantoneira de abas iguais de 2" por 3/16, barra de 6 metros	UNIDADE	2	351378
22	conexão Luva simples fêmea BSP 1 1/4" x 1 1/4 " BSP	UNIDADE	4	352534
23	Tubo de aço trefilado sem costura, SAE 1008 / 1010 - Dimensões e tolerâncias: DIN 2391 C ABNT NBR 8476 - diametro externo 35,00 mm, espessura 2,5 mm, diametro interno 30 mm, pressão até 142 bar, barra com 6 m	METRO	48	375872
24	CONEXÃO PARA TUBO SISTEMA PORCA E ANILHA - CRAVAÇÃO MANUAL - União macho com porca e anilha para tubo 35 mm x rosca 1 1/4 BSP , 11 FPP - AÇO INOX	UNIDADE	60	454870

4. DA PROPOSTA

4.1. A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

- a. Nome da empresa (Razão Social);
- b. Endereço;
- c. CNPJ;
- d. Telefone e/ou e-mail;
- e. Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- f. Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após realização dos serviços;
- g. Forma de envio (CIF);
- h. Prazo de entrega de 90 dias;

- i. Impostos inclusos;
- j. Prazo de garantia de 6 meses.

5. DA COMPOSIÇÃO DO VALOR DA PROPOSTA

- 5.1. Os preços das propostas deverão ser firmes e irrevogáveis, e deverão incluir os valores do IPI e do ICMS.
- 5.2. A CBTU-MAC está isenta de inscrição estadual.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 6.1. Os materiais deverão ser entregues em até 90 dias corridos, a contar da data de assinatura da Ordem de Contratação (OC), emitida pela STU/MAC;

7. DA ENTREGA DOS MATERIAIS

- 7.1. A entrega das peças e da nota fiscal será realizada no almoxarifado da STU/MAC, com acesso pela Rua Zacarias Azevedo, Centro – Maceió, AL;
- 7.2. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 8h às 15h30;
- 7.3. O atraso injustificado da entrega total ou parcial do material implicará na aplicação de penalidades à CONTRATADA;

8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 8.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela CBTU, da seguinte forma:
 - 8.1.1. provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
 - 8.1.2. definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação.
- 8.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.
- 8.3. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela CONTRATADA.
 - 8.3.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.
- 8.4. O objeto não será recebido se fornecido em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.
- 8.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

8.6. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

8.7. Conforme disciplinado nos artigos 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 CDC, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a CBTU as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal e encaminhá-la ao setor de protocolo da CBTU, acompanhada de cópia da guia de quitação junto à União (Conjunta), através da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF e certidão negativa de débitos trabalhistas através da CNDT, que deverá ser devidamente atestado pelo Fiscal e Gestor para liquidação, empenho e posterior pagamento;

9.2. No valor a ser pago para a execução do Objeto deste Termo de Referência estarão inclusos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços, encargos sociais, seguros, custos de mão de obra, materiais, benefícios diversos, tributos ou quaisquer outros encargos sociais que vierem a existir sobre o aludido serviço, constituindo assim a única remuneração pelo fornecimento contratado;

9.3. Caso ocorra erro ou omissão na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, a CONTRATADA deverá substituí-la, devendo o prazo para pagamento ser contado a partir da data de apresentação da nova fatura;

9.4. Na hipótese de o erro ser verificado e notificado pela fiscalização em até cinco dias, o prazo para pagamento é interrompido, sendo iniciado quando da apresentação do novo documento de cobrança. Se por outro lado a notificação ocorrer após cinco dias, o prazo é suspenso e voltará a contagem quando da reapresentação do documento de cobrança;

9.5. A devolução de fatura não aprovada servirá, em hipótese alguma, como motivo para a suspensão dos serviços;

10. DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DA PROPOSTA

10.1 – Será aprovada a proposta de menor preço referente ao Objeto deste Termo de Referência;

10.2 – Será aceita a formação de consórcios e de sociedades cooperativas;

10.3 – No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CBTU.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 – Não será exigido garantia de execução, visto que é um processo de aquisição de material que só será pago após recebimento e aceite dos materiais;

12. DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A CONTRATADA, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela CBTU, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de cada item;

12.2. A CONTRATADA não poderá subcontratar a execução da parte do objeto referente aos itens 1 e 2, uma vez que constituem parte de relevância técnica do objeto.

13. DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO OU REVISÃO CONTRATUAL

13.1. As propostas de preços apresentadas em moeda nacional, poderão ser reajustadas, desde que seja observada a periodicidade anual, em conformidade com os critérios estabelecidos nos dispositivos legais mencionados no item anterior, aplicando-se a fórmula a seguir:

$$R = P_0 \frac{I - I_0}{I_0}$$

sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

P_0 = Valor da medição a ser reajustada;

I = Índice correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

I_0 = Índice correspondente ao mês da data base.

Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

- 13.2. O Índice a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo IBGE;
- 13.3. Não serão computados, para fins de reajustamento de preços, atrasos imputáveis à Contratada, prevalecendo como mês de execução dos serviços, o que for previsto no cronograma contratual, limitando dessa forma a aplicação do reajuste àquele mês;
- 13.4. As faturas correspondentes ao reajustamento deverão ser extraídas e processadas em separado da fatura do principal a fim de que o pagamento destas últimas não seja prejudicado, no caso de dúvidas sobre o reajuste.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1 – O contrato terá vigência de 120 dias;

15. DO REGIME DE EXECUÇÃO

15.1. Contratação por preço unitário.

16. DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1 – Caberá ao fiscal se responsabilizar pelo acompanhamento da realização do Serviço, bem como pela observação e aprovação das características apresentadas no momento da execução;

16.2 – Caberá ao gestor do contrato acompanhar todos os trâmites burocráticos relativos ao contrato firmado junto à Contratada, bem como dar suporte ao fiscal na tomada de decisões finais a respeito da conformidade ou não do Objeto deste Termo de Referência;

17. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

17.1 – Responsabilidades da Contratante:

17.1.1 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor;

17.1.2 – Comunicar sobre falhas que impeçam o funcionamento adequado dos equipamentos, componentes ou materiais;

17.1.3 – Receber e atestar as notas fiscais, através da gestão/fiscalização do contrato, conferindo toda documentação que vier anexada;

17.1.4 – Efetuar o pagamento no prazo previsto;

17.2 – Responsabilidades da Contratada:

17.2.1 – A contratada deverá substituir imediatamente os produtos entregues caso não estejam de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

17.2.2 – A contratada não poderá alterar as especificações do objeto sem a prévia aprovação formalizada pela contratante;

17.2.3 – O envio, transporte e impostos dos materiais serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, não cabendo nenhum ônus à contratante;

17.2.4 – Os eventuais problemas cobertos pela garantia do produto serão solucionados pela CONTRATADA sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

17.2.5 – Além dos serviços propostos, também deverá ser previsto todo e qualquer serviço adicional, mesmo que não listado, mas necessário ao perfeito funcionamento da prestação do serviço contratado;

17.2.6 – Cabe à CONTRATADA a responsabilidade por todas as despesas inerentes à execução dos serviços contratados, inclusive as de pagamento com eventuais acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, aqui entendido, quaisquer envolvidos, responsabilizando-se também por danos a terceiros, encargos sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do objeto, inclusive a cobrança de multas, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza;

17.2.7 – Todos os encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado pela CONTRATADA necessário ao serviço são de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE nenhum vínculo empregatício de qualquer natureza.

17.2.8 – A contratada deverá possuir Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.305/2010 e seu Decreto regulamentador nº 10.936/2022;

17.2.9 – A contratada deverá possuir Licença Ambiental no órgão ambiental competente, de acordo com o anexo I da Lei estadual nº 6.787/2006 e Resolução do CEPRAM nº 140/2015.

18. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

18.1. Caberá a CONTRATADA obedecer ao prazo de execução dos serviços, que deverá ser realizado em até 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de assinatura da Ordem de Execução (OEX) do material, emitida pela STU/MAC;

18.2. O pagamento dos serviços será efetuado conforme a realização dos mesmos, através de nota fiscal.

18.3. O pagamento poderá ser efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da respectiva fatura.

19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1. Para comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar na fase de habilitação:

19.1.1. Para o item 1: Comprovação de capacidade, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas, que comprovem o fornecimento de no mínimo um grupo gerador de potência mínima 6KVA;

19.1.2. Para o item 2: Comprovação de capacidade, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas, que comprovem o fornecimento de no mínimo um compressor de potência mínima 5 HP;

19.1.3. Para os demais itens: Comprovação de capacidade, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas, que comprovem o fornecimento de itens de mesma natureza ou aplicação com o quantitativo mínimo de 20% de cada item da proposta;

19.1.3.1. Será considerado item de mesma natureza: mangueiras, conexões, adaptadores e válvulas pneumáticas em geral para os itens de pneumática, sem necessidade de dimensões equivalentes;

19.1.3.2. Será considerado item de mesma natureza: cantoneiras, tubulações e tarugos de aço em geral para as cantoneiras e tubos, sem necessidade de dimensões equivalentes;

19.1.3.3. Será considerado item de mesma natureza: manômetros, pressostatos e pistolas pneumáticas em geral para os itens de manômetros, pressostatos e pistolas, sem necessidade de especificações equivalentes;

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

20.1. Para todos os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n° 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (art. 17º, inciso II, da Lei n° 6.938/1981).

21. REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Em caso de Registro de Preços, a CBTU aceitará adesões à Ata de Registro de Preços referente ao presente processo licitatório.

21.2. A ata de registro de preços terá o prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovada uma vez por igual período.

21.3. A demanda de muitos itens é incerta.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 006/2026/COLIC/STU-MAC/CBTU

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

(PAPEL TIMBRADO)

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	QTD	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	01	UND	Gerador cabinado Diesel 12,5 KVA, 380V-TRIFÁSICO, 4 tempos. MARCA/MODELO: TOYAMA TDWG 1200 SGE3-N 4T			
2	01	UND	Compressor Cabinado Metal Plan Rotor Plus 10, 10HP, 380V TRIFÁSICO, reservatório de 100 litros. MARCA/MODELO: METALPLAN ROTOR PLUS 10			
3	04	UND	Adaptador união macho reto (niple)- 1 1/4" NPT 11,5 fpp x SAE JIC 37 ° 1 5/8" UNF 12 fpp			
4	06	UND	Válvula esfera 1 1/4" BSP - 11 fpp - PN 25			
5	06	UND	TEE 90º 1.1/4" BSP - AÇO INOX 304			
6	06	UND	Bucha de redução macho 1.1/4" BSP x fêmea 1/2" BSP - Aço Inox 304			
7	06	UND	Niple De Redução 1/2" x 1/4" BSPT - Aço Inox 304 - Cód: 201059			
8	06	UND	Válvula de Esfera Inox 304 Rosca 1/4" BSP 19 fpp- 300 PSI - Cód: 370131			
9	16	UND	Conector Reto c/ Retenção Tubo 8 x Rosca Macho 1/4" BSPT - (Conexão Pneumática c/ Retenção) -Material: Latão Niquelado e PlásticoTipos de Vedação: (Rosca BSPT c/ Teflon), Tubo			

			Recomendado: Poliuretano ou Nylon			
10	06	UND	Conexão em T União Tubo 8 - PUT (Conexão Pneumática Instantânea) - Cód: 198452			
11	06	UND	Cotovelo Tubo 8 x Rosca Fêmea 1/4" BSP - PLF-G (Conexão Pneumática Instantânea) - Cód: 198207			
12	03	UND	Manômetro Vertical 230 PSI / 16 Bar c/ Rosca 1/4" BSP, Caixa em Inox/Glicerina Ø 100 mm			
13	04	UND	Pressostato HLP 516 Rosca 1/4" BSP - Range 5-16 Bar / Diferencial 1-4 Bar - MOD. KPI			
14	04	UND	Bucha de Redução 1.1/4" BSPT x 1" BSP - Aço Inox 304			
15	12	UND	Cotovelo Fêmea 90° - 1-1/4 - rosca bsp , Em Inox 316			
16	12	UND	Cotovelo fêmea 45 graus - 1-1/4 BSP, Em Inox 316			
17	04	UND	Filtro Tipo Y Rosca 1.1/4" BSP - Inox 304 -			
18	20	METRO	Mangueira / Tubo PU 8 mm x 1,25 Em Poliuretano Na Cor Azul (metro)			
19	04	UND	Mangueira / Tubo Espiral 8 mm x 10,0 Metros Linear Em Poliuretano Na Cor Azul - Cód: 285053			
20	04	UND	Filtro Regulador Rosca De 1" BSP C/ Manômetro - Linha 16 bar -			
21	02	UND	Cantoneira de abas iguais de 2" por 3/16, barra de 6 metros			
22	04	UND	Conexão Luva simples			

			fêmea BSP 1 1/4" x 1 1/4 " BSP			
23	48	METRO	Tubo de aço treilado sem costura, SAE 1008 / 1010 - Dimensões e tolerâncias: DIN 2391 C ABNT NBR 8476 - diametro externo 35,00 mm, espessura 2,5 mm, diametro interno 30 mm, pressão até 142 bar, barra com 6 m			
24	60	UND	CONEXÃO PARA TUBO SISTEMA PORCA E ANILHA - CRAVAÇÃO MANUAL - União macho com porca e anilha para tubo 35 mm x rosca 1 1/4 BSP , 11 FPP - AÇO INOX			
VALOR TOTAL						

OBS: Serão:

- Quantitativo da **CBTU-Maceió**
-
- Item 01: 01 unidade
- Pedido Mínimo: 01 unidade
-
- Item 02: 01 unidade
- Pedido Mínimo: 01 unidade
-
- Item 03: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 04: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 05: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 06: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 07: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 08: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-

- Item 09: 16 unidades
- Pedido Mínimo: 08 unidades
-
- Item 10: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 11: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 12: 03 unidades
- Pedido Mínimo: 01 unidade
-
- Item 13: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 14: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 15: 12 unidades
- Pedido Mínimo: 06 unidades
-
- Item 16: 12 unidades
- Pedido Mínimo: 06 unidades
-
- Item 17: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 18: 20 metros
- Pedido Mínimo: 10 metros
-
- Item 19: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 20: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 21: 02 unidades
- Pedido Mínimo: 01 unidade
-
- Item 22: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 23: 48 metros
- Pedido Mínimo: 24 metros
-
- Item 24: 60 unidades
- Pedido Mínimo: 30 unidades

Para o quantitativo referente à **CBTU-Maceió**, a entrega deverá ser realizada no almoxarifado da STU/MAC, com acesso pela Rua Zacarias Azevedo, Centro – Maceió/AL.

TODOS OS BENS ESTÃO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

LOCAL DE ENTREGA: Almoxarifado da STU/MAC – Centro.

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (valor por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme a validade da Ata de Registro de Preços.

PRAZO DE ENTREGA: Até 90 (noventa) dias corridos, conforme Termo de Referência. *O prazo não poderá ser maior que o constante no Termo de Referência.

FRETE: INCLUSO (CIF)

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: Conforme estipulado no Edital.

OBS.:O DESCARREGAMENTO É DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR;

(Local e Data)
Representante Legal da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 006/2026/COLIC/STU-MAC/CBTU

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - N° 006/2026/COLIC/STU-MAC/CBTU

PROCESSO N° 145/2026

VALIDADE: 12 MESES

Aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e seis, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, CNPJ 42.357.483/0011-06, Insc. Estadual 24.089.103-1, órgão gestor desta ata, UASG 275078, vinculada ao Ministério das Cidades, por seus representantes, o Superintendente Regional Sr. **Max Benício Ferreira Ferro Barbosa**, CPF 107.206.654-85 e a Gerente Regional de Administração e Finanças, Sr.ª **Orleanes de Lira Paes Ângelo**, CPF 841.464.784-72, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços - SRP - PE n° 001/2026/COLIC/STU-MAC/CBTU, devidamente adjudicado pelo pregoeiro, homologado pelo Superintendente Regional e publicado na seção 3 do Diário Oficial da União (DOU) no dia ____/____/____ à fl. ____, constante na fl. ____ do processo em epígrafe, RESOLVE registrar preços para _____, conforme modelo de proposta constante no Anexo II do edital e disposto abaixo, para atender ao objeto, a empresa _____, CNPJ ____, com sede à _____, doravante designada beneficiária da Ata, representada, neste ato, por seu representante legal, Sr(a) _____, CPF ____; tendo ofertado os seguintes preços:

ITEM	QTD	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	01	UND	Gerador cabinado Diesel 12,5 KVA, 380V-TRIFÁSICO, 4 tempos. MARCA/MODELO: TOYAMA TDWG 1200 SGE3-N 4T			
2	01	UND	Compressor Cabinado Metal Plan Rotor Plus 10, 10HP, 380V TRIFÁSICO, reservatório de 100 litros. MARCA/MODELO: METALPLAN ROTOR PLUS 10			
3	04	UND	Adaptador união macho reto (niple)- 1 1/4" NPT 11,5 fpp x SAE JIC 37 ° 1 5/8" UNF 12 fpp			
4	06	UND	Válvula esfera 1 1/4" BSP - 11 fpp - PN 25			
5	06	UND	TEE 90º 1.1/4" BSP - AÇO INOX 304			

6	06	UND	Bucha de redução macho 1.1/4" BSP x fêmea 1/2" BSP - Aço Inox 304			
7	06	UND	Niple De Redução 1/2" x 1/4" BSPT - Aço Inox 304 - Cód: 201059			
8	06	UND	Válvula de Esfera Inox 304 Rosca 1/4" BSP 19 fpp-300 PSI - Cód: 370131			
9	16	UND	Conector Reto c/ Retenção Tubo 8 x Rosca Macho 1/4" BSPT - (Conexão Pneumática c/ Retenção) - Material: Latão Niquelado e PlásticoTipos de Vedação: (Rosca BSPT c/ Teflon), Tubo Recomendado: Poliuretano ou Nylon			
10	06	UND	Conexão em T União Tubo 8 - PUT (Conexão Pneumática Instantânea) - Cód: 198452			
11	06	UND	Cotovelo Tubo 8 x Rosca Fêmea 1/4" BSP - PLF-G (Conexão Pneumática Instantânea) - Cód: 198207			
12	03	UND	Manômetro Vertical 230 PSI / 16 Bar c/ Rosca 1/4" BSP, Caixa em Inox/Glicerina Ø 100 mm			
13	04	UND	Pressostato HLP 516 Rosca 1/4" BSP - Range 5-16 Bar / Diferencial 1-4 Bar - MOD. KPI			
14	04	UND	Bucha de Redução 1.1/4" BSPT x 1" BSP - Aço Inox 304			
15	12	UND	Cotovelo Fêmea 90° - 1-1/4 - rosca bsp , Em Inox 316			
16	12	UND	Cotovelo fêmea 45 graus - 1-1/4 BSP, Em Inox 316			
17	04	UND	Filtro Tipo Y Rosca 1.1/4" BSP - Inox 304 -			
18	20	METRO	Mangueira / Tubo PU 8 mm x 1,25 Em Poliuretano			

			Na Cor Azul (metro)			
19	04	METRO	Mangueira / Tubo Espiral 8 mm x 10,0 Metros Linear Em Poliuretano Na Cor Azul - Cód: 285053			
20	04	UND	Filtro Regulador Rosca De 1" BSP C/ Manômetro - Linha 16 bar -			
21	02	UND	Cantoneira de abas iguais de 2" por 3/16, barra de 6 metros			
22	04	UND	conexão Luva simples fêmea BSP 1 1/4" x 1 1/4 " BSP			
23	48	METRO	Tubo de aço trefilado sem costura, SAE 1008 / 1010 - Dimensões e tolerâncias: DIN 2391 C ABNT NBR 8476 - diametro externo 35,00 mm, espessura 2,5 mm, diametro interno 30 mm, pressão até 142 bar, barra com 6 m			
24	60	UND	CONEXÃO PARA TUBO SISTEMA PORCA E ANILHA - CRAVAÇÃO MANUAL - União macho com porca e anilha para tubo 35 mm x rosca 1 1/4 BSP , 11 FPP - AÇO INOX			
VALOR TOTAL						

OBS: Serão:

- Quantitativo da **CBTU-Maceió**
- Item 01: 01 unidade
- Pedido Mínimo: 01 unidade
-
- Item 02: 01 unidade
- Pedido Mínimo: 01 unidade
-
- Item 03: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 04: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 05: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-

- Item 06: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 07: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 08: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 09: 16 unidades
- Pedido Mínimo: 08 unidades
-
- Item 10: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 11: 06 unidades
- Pedido Mínimo: 03 unidades
-
- Item 12: 03 unidades
- Pedido Mínimo: 01 unidade
-
- Item 13: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 14: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 15: 12 unidades
- Pedido Mínimo: 06 unidades
-
- Item 16: 12 unidades
- Pedido Mínimo: 06 unidades
-
- Item 17: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 18: 20 metros
- Pedido Mínimo: 10 metros
-
- Item 19: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 20: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades
-
- Item 21: 02 unidades
- Pedido Mínimo: 01 unidade
-
- Item 22: 04 unidades
- Pedido Mínimo: 02 unidades

Item 23: 48 metros
Pedido Mínimo: 24 metros

Item 24: 60 unidades
Pedido Mínimo: 30 unidades

Para o quantitativo referente à **CBTU-Maceió**, a entrega deverá ser realizada no almoxarifado da STU/MAC, com acesso pela Rua Zacarias Azevedo, Centro – Maceió/AL.

E, por estarem as partes justas e acordadas, firmam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Maceió, __ de _____ de ____.

Pela **CBTU** (Órgão Gerenciador):

Max Benicio Ferreira Ferro Barbosa
Superintendente Regional

Orleanes de Lira Paes Ângelo
Gerente Regional de Adm. e Finanças

Pela **beneficiária da ata**:

Representante Legal

Testemunhas:

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 006/2026/COLIC/STU-MAC/CBTU

ANEXO IV

MINUTA CONTRATUAL

ANEXO IV- MINUTA CONTRATUAL

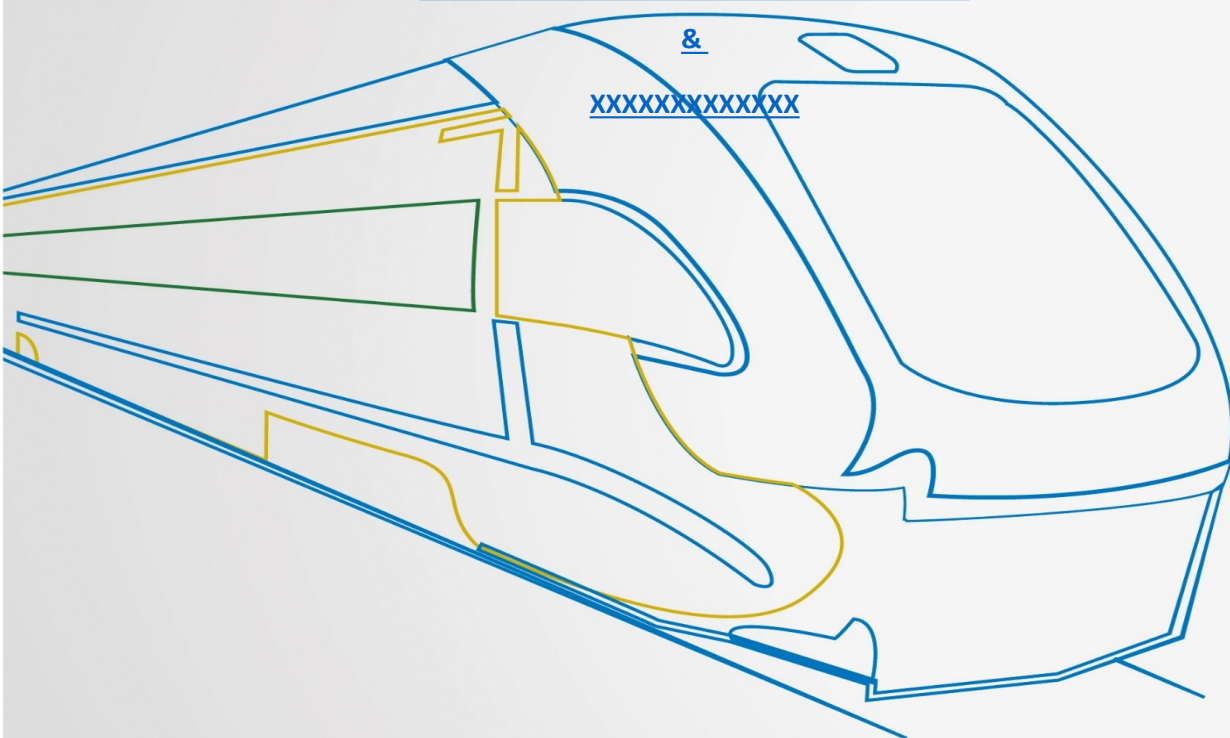
CONTRATO N° XXX-202X/XX

CBTU

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANO

&

XXXXXXXXXXXXXX



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**CONTRATADA: [...]****CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	– OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	– PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA TERCEIRA:	– INÍCIO DO FORNECIMENTO
CLÁUSULA QUARTA:	– FORMA DO RECEBIMENTO
CLÁUSULA QUINTA:	– RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA SEXTA:	– VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SÉTIMA:	– FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA OITAVA:	– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA NONA:	– REAJUSTE
CLÁUSULA DÉCIMA:	– GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA DO SERVIÇO
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	– OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	– OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	– TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	– EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	– GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	– SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	– SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	– CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	– ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	– EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	– RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	– COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	– ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	– CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	– PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	– DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	– MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	– SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	– PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA:	– DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA:	– FORO

Contrato de Aquisição de gerador diesel, compressor e componentes pneumáticos para freio da Maria Fumaça que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro,, na forma abaixo:

P R E Â M B U L O

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 42.357.483/0011-06, com sede na Rua Barão de Anadia, nº 121, Centro, nesta cidade, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Superintendente Regional II **MAX BENÍCIO FERREIRA FERRO BARBOSA**, portador da Carteira de Identidade nº 36704555, emitida pela SSP/SE, inscrito no CPF/MF sob o nº 107.206.654-85 e por sua Gerente de Administração e Finanças II **ORLEANES DE LIRA PAES ANGELO**, portadora da carteira de identidade nº 98001236920, expedida pela SSP/AL, inscrita no CPF/MF sob o nº 729.683.624-53 e a empresa, inscrita no CNPJ-ME sob o nº, com sede na, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pelo seu portador da Carteira de Identidade nº, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº e por seu....., portador da Carteira de Identidade nº, expedida pela....., inscrito no CPF/ME sob o nº, vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da modalidade **xxxxxxxxx nº xxxxxxxxxxxx-xxxxxxxxxx/CBTU**, Processo Administrativo nº 125/2026, Protocolo nº 1212/2026, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **Aquisição de gerador diesel, compressor e componentes pneumáticos para freio da Maria Fumaça**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o edital da licitação nº/CBTU, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

1.4. O regime de execução será empreitada **por PREÇO UNITÁRIO**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte)** dias, contados a partir da data da sua assinatura.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 05 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.5.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DO FORNECIMENTO

3.1. O prazo para início do fornecimento iniciar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Execução (OEX) e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

3.1.1. O prazo de execução será de **90 (noventa)** dias corridos após a data de assinatura da Ordem de Execução expedida pela **CBTU**.

3.2. Será emitida uma Ordem de Execução (OEX) para cada exercício fiscal.

3.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

3.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

3.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

3.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

3.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

3.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O objeto contratual será fornecido conforme especificações e detalhes que constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

4.2. No fornecimento, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

4.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando a melhor forma de fornecimento.

5. CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, da seguinte forma:

5.1.1. A **CONTRATANTE** receberá definitivamente o objeto no prazo máximo de **90 (noventa) dias** contados da entrega no local indicado no Termo de Referência e após a verificação do atendimento às especificações ora apresentadas, com fiscal preposto da **CONTRATANTE** atestando a Nota Fiscal relacionada.

5.1.2. Se o objeto não estiver de acordo com a especificação ou demais condições constantes no Termo de Referência, a **CBTU** notificará o fornecedor para correção de inconsistências, sem ônus adicional para a **CONTRATANTE**.

5.1.3. O reparo de quais quer danos ou avarias decorrentes da inadequação dos procedimentos adotados, ou outros quaisquer relacionados ao embarque, transporte ou desembarque do objeto e de seus componentes, será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**;

5.1.4. O prazo máximo para resolução de inconsistência proveniente do serviço prestado pela **CONTRATADA** será de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente pela **CONTRATANTE**;

5.1.5. A **CONTRATADA** será responsável pela contratação, movimentação, expedição e transporte do objeto e de seus componentes, em suas perfeitas condições operacionais, das suas instalações ou de seus subfornecedores até o local de entrega definido pela **CONTRATANTE**.

5.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

5.3. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

5.3.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

5.4. O objeto não será recebido se fornecido em desacordo com o contrato, o Termo de Referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

5.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

5.6. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

5.7. Conforme disciplinado nos artigos 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 CDC, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a **CBTU** as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.

6. CLÁUSULA SEXTA– VALOR DO CONTRATO

6.1. Pela aquisição, objeto do presente Contrato, a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ XXXXX (XXXXXXXXXX)**,

6.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa aquisição do objeto contratado, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da **CBTU**, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do contrato.

7.2. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

7.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

7.3.1. Nota fiscal/fatura devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato;

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

7.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

7.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

7.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

7.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

7.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

7.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.9. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 7.7 e 7.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2026**, conforme classificação abaixo:

- a) Programa de Trabalho:
- b) Elemento de Despesa:
- c) Plano Interno: M1PSGM03
- d) Categoria Econômica:
- e) Nota de Empenho:, data

8.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **índice IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = P_0 \frac{[(I - I_0)]}{I_0}$$

Sendo:

R= valor do reajustamento procurado;

P₀ = valor da medição a ser reajustada;

I =(.....) na época do reajuste;

I₀ = (.....) do mês da apresentação da proposta;

Data - base: data limite para apresentação das propostas.

9.2.2 Para efeito do item anterior, considera-se proposta final aquela que houver sido adjudicada.

9.2.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3. Nos casos em que a entrega do objeto contratado esteja prevista em cronograma, havendo atraso ou antecipação na entrega do objeto que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

9.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

9.3.1.1. Aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

9.3.1.2. Diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

9.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

9.4. Na hipótese de atraso por culpa da **CBTU**, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuírem.

9.5 A **CBTU** garantirá o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS

10.1. Não será exigida garantia de execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitado pela **CBTU**;

11.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

11.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

11.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

11.2.2. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

11.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

12.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do Termo de Referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

12.1.1. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

12.1.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

12.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.4. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

12.1.5. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.1.6. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

12.1.7. Cumprir, também, as responsabilidades constantes do Termo de Referência, ANEXO I.

12.1.8. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato.

12.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS

13.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

13.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização.

13.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços do objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

13.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

14.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

14.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 3.3 e 3.6 da Cláusula Terceira.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução do contrato e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela **CBTU**, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.2. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar a execução da parte do objeto referente à uma vez que constitui parte de relevância técnica do objeto.

16.3. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da **CONTRATADA** no certame licitatório.

16.4. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 16.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.5. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele

decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até% (..... por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

19.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

19.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

19.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

20.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

20.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

20.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

20.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

20.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

20.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

20.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

20.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

20.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

20.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

20.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

20.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

20.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

20.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

20.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

20.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

20.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

21.1. Este contrato será extinto:

21.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

21.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

21.1.3. Pela sua rescisão.

21.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

21.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

21.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

21.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.3. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.

21.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

21.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSO ADMINISTRATIVO

22.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

22.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

23.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

23.1.1. **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU;**

23.1.1.1. **Endereço:** Rua Barão de Anadia, 121 - Centro;

23.1.1.2. **Correio Eletrônico:**

23.1.2. **Empresa:**

23.1.2.1. **Endereço:**

23.1.2.2. **Correio Eletrônico:**

23.1.2.3. **Telefone:** (.....)

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANEXOS

24.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços.

24.1.4. Edital do nº/CBTU; e

24.1.5. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf.

24.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS

26.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

26.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

26.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

26.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

26.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CBTU, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

26.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

26.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

27.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

27.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES

28.1 A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre a **CBTU** e a **CONTRATADA** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

28.2. A **CONTRATADA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo .. do Termo de Referência.

28.3 A **CONTRATADA** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à **CONTRATANTE**, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS – Anexo ...do Termo de Referência.

28.4 A **CONTRATADA** somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos, Anexo .., do Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

29.1. Compete à **CONTRATADA**, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 22 do RILC/CBTU.

29.2. A **CONTRATADA** se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a **CBTU**, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

29.3 A **CONTRATADA** somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos, Anexo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: PUBLICAÇÃO

30.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

301.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na internet.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA- DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

31.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

31.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

31.4 Na execução do presente Contrato é vedado à **CBTU** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

32.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Maceió, de de 202x

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

-Contratante -

.....

- Superintendente Regional II -

.....

- Gerente de Administração e Finanças II -

- Contratada -

.....

- Diretor -

.....

- Diretor . -

Testemunhas:

1 - _____

CPF:

2 - _____

CPF:

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026/COLIC/STU-MAC/CBTU

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ME/EPP

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP

(papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO SOBRE ME E EPP

_____ (nome da empresa), CNPJ nº _____,
sediada _____ (endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, por intermédio de
seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade Nº _____ e
do CPF nº _____, que atende os requisitos do art. 3º para fazer jus aos benefícios previstos
na Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrência
posteriores.

(local e data)/_____

(Representante legal)_____

Obs.: Só será considerado válido a cópia autenticada do documento original devidamente registrado na Junta Comercial cuja finalidade serviu o enquadramento da empresa, conforme modelos do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC (IN/DNRC 103/07). Este modelo está sendo apresentado apenas como referência.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026/COLIC/STU-MAC/CBTU

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR OU LICITAR COM
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR OU LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 145/2026

OBJETO:

_____, inscrito no CNPJ/MF sob o n° _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n° _____, **DECLARA**, para fins legais, a inexistência de impedimento para contratar ou licitar com a administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(local e data)

(representante legal)

Observação: A declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026/COLIC/STU-MAC/CBTU

ANEXO VII

MODELO DE ORDEM DE EXECUÇÃO(OEX)

**ORDEM DE EXECUÇÃO (OEX)**Serviços ☐Material ☐

Número da OEX	Emissão	Validade
---------------	---------	----------

1. SOLICITANTE

Área demandante	Código UE	Código CG
-----------------	-----------	-----------

2. EMPRESA CONTRATADA

Nome		
Endereço		
CPF/CNPJ	Cidade	UF

3. IDENTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO CONTRATO

Contrato nº	Termo aditivo nº	Valor autorizado da OEX (R\$)
Data da assinatura do contrato	Valor do termo aditivo (R\$)	
Valor básico do contrato (R\$)	Valor atualizado do contrato (R\$)	Saldo a Autorizar (R\$)

4. OBJETO DA OEX

--

5. DADOS ORÇAMENTÁRIOS

Plano interno	Natureza de despesa
Classificação função programática	Categoria econômica
Nota de empenho	Nota de empenho

6. PRAZO DE EXECUÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

Prazo de execução	Forma de pagamento
-------------------	--------------------

7. AUTORIZAÇÃO

Data	Gestor(a)	Data	Diretor(a) / Gerente Regional
Data	Fiscal	Data	Contratada
Data	Fiscal	Data	Contratada

8. RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

Assinatura	Data

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026/COLIC/STU-MAC/CBTU**ANEXO VIII****MATRIZ DE RISCO**

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

AQUISIÇÃO DE GERADOR DIESEL, COMPRESSOR E COMPONENTES PNEUMÁTICOS PARA SISTEMA DE
FREIO DA MARIA FUMAÇA

Maceió, março de 2026

1. INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, execução do Objeto e gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos.

2. METODOLOGIA

Para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), bem como a identificação de responsáveis pelas ações.

Após a identificação e classificação, executa-se uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme as tabelas de referência abaixo:

ESCALA DE PROBABILIDADE		
PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO	NÍVEL (P)
Muito baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

ESCALA DE IMPACTO		
IMPACTO	DESCRIÇÃO	NÍVEL (I)
Muito baixo	Impacto insignificante nos objetivos	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o

impacto. Essa classificação tem como resultado o nível do risco, o que define as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta a matriz Probabilidade × Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

Matriz Probabilidade × Impacto						
Índice de probabilidade de ocorrência do dano (P)	5: Muito alto	5	10	15	20	25
	4: Alto	4	8	12	16	20
	3: Médio	3	6	9	12	15
	2: Baixo	2	4	6	8	10
	1: Muito baixo	1	2	3	4	5
		1: Muito baixo	2: Baixo	3: Médio	4: Alto	5: Muito Alto
Índice de impacto do dano (I)						

O produto da Probabilidade pelo Impacto de cada risco enquadra-se em uma região da matriz Probabilidade × Impacto. Caso o risco enquadre-se na região VERDE, seu nível de risco é entendido como BAIXO e se admite a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Caso esteja na região AMARELA, entende-se o risco como MÉDIO e na região VERMELHA, como ALTO. Nesses dois últimos casos, deverão ser adotadas as medidas preventivas previstas.

As áreas envolvidas são:

- a. Equipe de planejamento de contratação;
- b. Comissão de licitação;
- c. Gestor ou fiscais do Contrato;
- d. Diretorias, alta administração;

3. IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE E TRATAMENTO DOS PRINCIPAIS RISCOS

3.1. RISCOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

RISCO 01	Risco	Atraso ou demora na conclusão do processo	
	Probabilidade	Média	
	Impacto	Médio	
	Dano	Demora para dispor dos itens	
	Classificação	Interna	
	ID	Ação preventiva	Responsável
	1	Acompanhamento e apoio junto às áreas	Equipe de planejamento da contratação
	2	Realizar eventuais correções com brevidade	Equipe de planejamento da contratação
	ID	Ação de contingência	Responsável
	1	Realizar a análise dos autos em prazo adequado	Equipe de planejamento da contratação

RISCO 02	Risco	Erro na especificação técnica	
	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Dano	Comprometimento parcial ou total da finalidade da contratação	
	Classificação	Interna	
	ID	Ação preventiva	Responsável
	1	Consultar fornecedores durante a elaboração do Termo de Referência	Equipe de planejamento da contratação
	2	Pesquisar nos sites dos fabricantes as características técnicas dos equipamentos	Equipe de planejamento da contratação
RISCO 03	ID	Ação de contingência	Responsável
	1	Cancelar ou revogar a licitação	Autoridade competente

RISCO 03	Risco	Cálculo incorreto do valor dos impostos	
	Probabilidade	Médio	
	Impacto	Alto	
	Dano	Inconsistência no pagamento	
	Classificação	Interna	
	ID	Ação preventiva	Responsável
	1	Solicitar dos fornecedores que incluam no valor da proposta os valores dos impostos, inclusive o diferencial de alíquota de ICMS	Equipe de planejamento da contratação
	2	Verificar propostas e mapas de preço a fim de encontrar inconsistências	Equipe de compras
	ID	Ação de contingência	Responsável
	1	Entrar em contato com os fornecedores e verificar a inclusão dos impostos, corrigindo os valores quando necessário	Equipe de compras

	Risco	Ausência de orçamento para a contratação	
	Probabilidade	Média	
	Impacto	Alto	
	Dano	Demora para dispor dos itens	
	Classificação	Interna	

RISC	ID	Ação preventiva	Responsável
	1	Verificação da disponibilidade orçamentária	Equipe de planejamento da contratação
	ID	Ação de contingência	Responsável
		—	—

3.2. RISCOS RELACIONADOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

RISCO 05	Risco	Atraso na entrega dos itens	
	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Médio	
	Dano	Demora para dispor dos itens	
	Classificação	Interna	
	ID	Ação preventiva	Responsável
	1	Acompanhar junto à Contratada o prazo de entrega	Gestor e fiscais do Contrato
	ID	Ação de contingência	Responsável
	1	Adequar o cronograma de execução do Contrato para mitigar o atraso	Gestor e fiscais do Contrato

RISCO 06	Risco	Gestor e/ou fiscal sem qualificação adequada	
	Probabilidade	Alta	
	Impacto	Médio	
	Dano	Baixa qualidade na fiscalização do contrato	
	Classificação	Interna	
	ID	Ação preventiva	Responsável
	1	Indicar funcionários capacitados, preferencialmente com conhecimento técnico dos equipamentos adquiridos	Diretorias, alta administração
	ID	Ação de contingência	Responsável
		—	—

RISCO 07	Risco	Descumprimento de cláusulas contratuais por parte da Contratada	
	Probabilidade	Média	
	Impacto	Alto	
	Dano	Inexecução parcial ou total do serviço contratado	
	Classificação	Externa	
	ID	Ação preventiva	Responsável
	1	Prever penalidades no instrumento contratual	Equipe de planejamento da contratação
	ID	Ação de contingência	Responsável
	1	Aplicar as penalidades previstas no Contrato	Gestor e fiscais do Contrato
	2	Rescindir Contrato quando for aplicável	Gestor e fiscais do Contrato

	Risco	Desconformidade dos itens entregues	
	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Dano	Não atendimento às necessidades da Administração	

RISCO 08	Classificação	Interna		
	ID	Ação preventiva	Responsável	
	1	Definir claramente as especificações necessárias	Equipe de planejamento da contratação	
	2	Prever procedimentos de recusa dos itens caso não atendam aos critérios estabelecidos	Comissão de licitação	
	ID	Ação de contingência	Responsável	
	1	Recusar o recebimento e solicitar que sejam entregues itens com especificações conforme Termo de Referência	Gestor e fiscais do Contrato	
	2	Aplicar glosas e sanções cabíveis	Gestor e fiscais do Contrato	

RISCO 09	Risco	Pagamento indevido		
	Probabilidade	Baixa		
	Impacto	Alto		
	Dano	Danos ao erário		
	Classificação	Interna		
	ID	Ação preventiva	Responsável	
	1	Definir claramente os critérios a serem verificados para que o serviço seja considerado executado	Equipe de planejamento da contratação	
	ID	Ação de contingência	Responsável	
		—	—	

3.3. SÍNTESE DOS RISCOS IDENTIFICADOS

A seguir, tem-se a síntese dos riscos identificados e classificados neste documento, apresentando a Probabilidade (P), o Impacto (I) e o Nível de Risco ($P \times I$):

- a) Probabilidade — chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos;
- b) Impacto — resultado de um evento que afeta os objetivos;
- c) Nível de Risco — magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades;

ID	Risco	P	I	($P \times I$)
R01	Atraso ou demora na conclusão do processo	3	3	9
R02	Erro na especificação técnica	2	4	8
R03	Cálculo incorreto do valor dos impostos	3	4	12
R04	Ausência de orçamento para a contratação	3	4	12
R05	Atraso na entrega dos itens	2	3	6
R06	Gestor e/ou fiscal sem qualificação adequada	4	3	8
R07	Descumprimento de cláusulas contratuais por parte da Contratada	3	4	12
R08	Desconformidade dos itens entregues	2	4	8
R09	Pagamento indevido	2	4	8